

ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
AtlantImport Comercial S/A  
Recife - PE

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da AtlantImport Comercial S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AtlantImport Comercial S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

#### Auditoria de saldos iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas de forma comparativa com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram auditadas ou revisadas por nós, nem por outros auditores independentes. Como essas demonstrações contábeis apresentam saldos materialmente relevantes relacionados na posição patrimonial e financeira das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não nos foi possível determinar se seriam necessários efetuar ajustes ao prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentado na demonstração do resultado, na demonstração da mutação do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Início de operação

Chamamos atenção para a Nota Explicativa de Contexto Operacional nº 01 a qual informa que a Companhia iniciou suas atividades e/ou operação comercial de importação de combustíveis em 25 de outubro de 2018 e, com isso, não há saldos comparativos para transações desta natureza. Nossa auditoria não contém modificação em decorrência deste assunto.

## Operações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 06, considerando que a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas. Dessa forma, as referidas demonstrações devem ser lidas neste contexto. Nossa auditoria não contém modificação em decorrência deste assunto.

## Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de fevereiro de 2019.

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

## Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas explicativas	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)		Notas explicativas	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	60	58	Adiantamento de clientes	7	2.508	-
Subvenções a receber	5	2.205	-	Outros impostos e contribuições		5	-
		<u>2.265</u>	<u>58</u>			<u>2.513</u>	<u>-</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	6	118	23
Partes relacionadas	6	1.884	1.945			<u>118</u>	<u>23</u>
		<u>1.884</u>	<u>1.945</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	8	2.000	2.000
				Prejuízo acumulado		(482)	(20)
						<u>1.518</u>	<u>1.980</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>4.149</u></u>	<u><u>2.003</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>4.149</u></u>	<u><u>2.003</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Receita líquida de vendas e serviços	9	28.358	-
(-) Custo dos produtos vendidos	10	(29.848)	-
(=) Prejuízo bruto		(1.490)	-
Receitas/despesas operacionais		2.047	(3)
Despesas gerais e administrativas	10	(158)	(3)
Outras receitas/despesas operacionais	10	2.205	-
(=) Lucro antes dos efeitos financeiros		557	(3)
Despesas financeiras	10	(1.019)	(2)
(=) Prejuízo do exercício		(462)	(5)
Número de ações integralizadas		2.000	2.000
Prejuízo por ação		(0,23)	(0,00)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	<u>(462)</u>	<u>(5)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(462)</u></u>	<u><u>(5)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017 (Não auditado)	2.000	(15)	1.985
Prejuízo do exercício	-	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)	2.000	(20)	1.980
Prejuízo do exercício	-	(462)	(462)
Saldos em 31 de março de 2018	2.000	(482)	1.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(462)	(5)
Ajustes		
Variações Cambiais Líquidas	1.014	-
Prejuízo ajustado	552	(5)
Aumento líquido/(diminuição) aplicado nas contas de ativo e passivo		
Diminuição dos outros créditos	(2.205)	-
Aumento líquido dos adiantamento de clientes	1.494	-
Aumento líquido dos outros impostos e contribuições	5	-
	(706)	-
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(154)	(5)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Transações com partes relacionadas	61	-
(=) Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	61	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Transações com partes relacionadas	95	7
(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	95	7
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2	2
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	58	56
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	60	58
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2	2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Informações gerais

A Atlantimport Comercial S/A é uma Sociedade Anônima, com Sede em Cabo de Santo Agostinho (PE), que tem por objeto social:

- A importação para revenda no mercado nacional, de combustíveis líquidos derivados de petróleo e outros combustíveis automotivos, de lubrificantes, graxas, derivados de petróleo, atendidos as normas legais especialmente as estabelecidas pela ANP Agência Nacional de Petróleo;
- Representar empresas nacionais e estrangeiras e como acionista ou quotista participar do capital de outras entidades;
- As atividades de transporte e cargas em geral, a exploração comercial, importação e exportação de produtos de mercadorias em geral;
- Representar empresas nacionais e estrangeiras e como acionista ou quotista participar do capital de outras entidades;
- Desenvolver atividades industriais no ramo alimentício, especialmente para derivados de trigo e produtos de panificação.

A companhia iniciou operações de importação de combustíveis a partir de 25 de outubro de 2018.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e principais práticas contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Empresa em 14 de fevereiro de 2019.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis.

### 2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

##### 3.2.1. Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** Ativo financeiro cujo o fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativo financeiro cujo o fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;
- **Valor justo:** Todos os demais ativos financeiros.

A adoção deste IFRS trouxe apenas impactos conceituais e não de contabilizações para a Companhia, logo, não reapresentou suas demonstrações contábeis de períodos anteriores.

##### Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da organização, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Companhia são: empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo. Já o passivo financeiro é empréstimo de coligadas.

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo não circulante, uma vez que possuem prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. É incluído como passivo financeiro não mensurados ao valor justo contra resultado a composição de fornecedores.

### 3.3. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas das despesas com vendas.

### 3.4. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

### 3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### 3.6. Apuração do resultado

A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos. A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

### 3.7. Principais fontes de julgamento e estimativa

A Administração faz julgamentos na elaboração das estimativas sobre os valores dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de fontes externas. As estimativas e respectivas premissas são baseadas em dados históricos e outros fatores relevantes. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

### 3.8. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 9 Financial Instruments/ CPC 48 Instrumentos Financeiros:

O IFRS 9 está vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação.

Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers/ CPC 47 Receita de contrato com clientes:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

A administração avaliou os impactos da adoção das normas acima referidas e apresentou nas em práticas contábeis a forma de mensuração e divulgação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 3.9. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

IFRS 16 Leases:

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 16 Leases ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Caixa	-	55
Banco Rural	-	1
Banco do Brasil S/A	60	2
	<u>60</u>	<u>58</u>

Em 2018 a Companhia reconheceu a perda do saldo mantido junto ao Banco Rural S/A devido à situação da instituição que, atualmente, encontra-se em liquidação.

#### 5. Subvenções a receber

A companhia tem os seguintes saldos de outros créditos:

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Subvenção Governamental a Receber (a)	2.019	-
PIS/ COFINS sobre Subvenção Governamental (b)	186	-
	<u>2.205</u>	<u>-</u>

##### a) Programa de subvenção econômica à comercialização ao óleo diesel

Em 2018, a Companhia aderiu ao programa de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, este programa prevê o ressarcimento aos produtores e importadores de óleo diesel que comprovarem preços de venda desse derivado praticado às distribuidoras iguais ou inferiores ao preço determinado pela União. O programa possui várias fases e parâmetros, conforme a seguir:

Fase	Período	Metodologia do Cálculo	Regulamentação
1ª Fase	1º a 7 de junho de 2018	R\$ 0,07 centavos por litro	Decreto nº 9.392/2018
2ª Fase	8 de julho a 31 de julho de 2018	Diferença entre o preço de referência estabelecido pela ANP (PR) e o preço de comercialização (PC), limitada à R\$ 0,30 centavos por litro.	Decreto nº 9.403/2018
3ª Fase	1º de agosto a 31 de dezembro de 2018	Diferença entre PR e PC limitada à R\$0,30 centavos por litro, levando em consideração PIS, Cofins e diferenças superiores ao limite apuradas anteriormente (parcela fixa).	Decreto nº 9.454/2018

## ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

---

O recebimento da subvenção ocorre após a disponibilização de toda a informação necessária para comprovar a regularidade fiscal à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), e o ressarcimento à importadora ocorre em até quinze dias úteis após o recebimento de toda a documentação necessária, caso não seja necessária nenhuma retificação.

À medida que o produto é vendido e entregue às distribuidoras, a receita da subvenção é reconhecida, assim como o direito no contas a receber. A companhia reconheceu, no grupo de outras receitas em sua demonstração do resultado, R\$ 2.205 como receita referente à subvenção, no período de outubro à novembro, que espera receber assim que acontecer a avaliação da ANP que, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 de eventos subsequentes, ocorreu em janeiro de 2019.

#### b) PIS e COFINS sobre Subvenção Governamental

Conforme Lei nº 13.723/18 no artigo 6, § 3º, serão acrescentados ao preço de referência os valores de PIS/PASEP e COFINS, incidentes sobre a receita da subvenção econômica.

A Companhia recebeu em janeiro de 2019 o valor correspondente a subvenção governamental sem considerar os valores apurados de PIS/COFINS. Ficando o saldo a receber em operações futuras.

## 6. Empresas ligadas e controladas

	Ativo		Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
TTWORK Participações e Administrações S/A. (a)	1.884	1.945	-	-
TDC Distribuidora S/A (b)	-	-	118	23
	<u>1.884</u>	<u>1.945</u>	<u>52</u>	<u>23</u>

- a) A constituição do capital social da Companhia ocorreu com base no contrato social datado em 15 de março de 2002. Em 2018, o valor em caixa foi transferido para a TTWORK Participações, Holding do grupo, ficando assim com saldo a receber;
- b) Por um problema de parametrização decorrente da implantação do sistema ocorrida em 2018, não foi possível realizar e registrar os pagamentos da Atlantimport Comercial S/A pelo sistema SAP. Assim, esses pagamentos foram efetuados pela empresa TDC Distribuidora S/A e contabilizados em contas a pagar na Atlantimport Comercial S/A, tão logo a parametrização esteja concluída, a liquidação deste mútuo será realizada.

## 7. Adiantamento de clientes

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
	Adiantamentos da TDC Distribuidora S/A	<u>2.508</u>
	<u>2.508</u>	<u>-</u>

A Companhia possui saldos a pagar para TDC Distribuidora S/A, empresa coligada, na qual mantém operações de compra e venda de produto. O valor está condicionado a necessidade de obter recursos antecipadamente para operacionalizar o processo de importação de combustíveis.

## ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

### 8. Patrimônio líquido

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 2.000 mil. O mesmo é dividido em 200 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 10.000,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado. Conforme demonstrado do quadro a seguir:

Acionistas	Participação total no capital social		
	Ações ordinárias	Participação (%)	Valor (R\$)
TT WORK PARTICIPAÇÕES S/A	200	100	2.000
	200	100	2.000

A companhia é subsidiária integral da TT WORK Participações S/A, holding do grupo empresarial que controla todas as áreas do negócio.

### 9. Receita líquida

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Óleo diesel A S500	9.618	-
Óleo diesel A S10	22.973	-
	32.592	-
	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Receita da Revenda de combustíveis	32.592	-
COFINS	(3.021)	-
PIS	(655)	-
ICMS	(558)	-
	28.358	-

A Companhia iniciou suas atividades de importação a partir de outubro de 2018, portanto, não há saldos comparativos com relação à receita líquida.

### 10. Despesas gerais e administrativas e despesas financeiras

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Custos dos produtos vendidos	(29.771)	-
Serviços prestados de terceiros	(102)	-
Impostos, taxas e contribuições	(3)	-
Subvenções e assistências governamentais	2.205	-
Rateio corporativo	(116)	-
Tarifas bancárias	(5)	(2)
Variação cambial líquida	(1.014)	-
Outras despesas operacionais	(14)	(3)
	(28.820)	(5)

# ATLANTIMPORT COMERCIAL S/A

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

---

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Custo dos produtos vendidos	(29.848)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.490)	(3)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.047	(2)
Despesas financeiras	(1.019)	-
	<u>(28.820)</u>	<u>(5)</u>

### 11. Eventos subsequentes

A Administração da Empresa considerou que houve eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro 2018 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 14 de fevereiro de 2019.

Houve recebimento de subvenção governamental no valor de R\$ 2.019 em janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 04.